



## Relatório Mundial das Cidades 2020 **The Value of Sustainable Urbanization**

### **Resumo das mensagens-chave**

- 1. O mundo continua em urbanização:** é muito cedo para saber se a experiência pandêmica de 2020 levará a mudanças demográficas duradouras, mas as perspectivas a longo prazo continuam a indicar que o mundo continuará a urbanizar-se durante a próxima década, de 56,2% da população mundial atual para 60,4% até 2030. Espera-se que cada região se torne mais urbanizada nos próximos 10 anos, embora se espere que as áreas altamente urbanizadas tenham sua taxa de crescimento urbano reduzida. Noventa e seis por cento do crescimento urbano irá ocorrer nas regiões menos desenvolvidas da Ásia Oriental, Ásia do Sul e África, sendo três países - Índia, China e Nigéria - responsáveis por 35 por cento do aumento total da população urbana global de 2018 a 2050.
- 2. A importância das cidades está inscrita na política de desenvolvimento global:** desde 2015, a comunidade internacional tem adotado vários acordos fundamentais para orientar o desenvolvimento. A Agenda para o Desenvolvimento Sustentável de 2030, o Acordo de Paris, a Nova Agenda Urbana, o Quadro Sendai para a Redução do Risco de Catástrofes e a Agenda de Ação de Adis Abeba formam coletivamente a espinha dorsal da política internacional de desenvolvimento, recomendações, objetivos, metas e indicadores para os Estados Membros. Em cada um destes documentos, os governos locais são reconhecidos como parceiros importantes no esforço para um futuro mais sustentável. O papel das cidades é tecido ao longo desta tapeçaria de acordos, mais proeminentemente no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 11 e nas dimensões urbanas dos ODS.
- 3. A pandemia da COVID-19 não significa o fim das cidades:** Apesar das primeiras sugestões de que a densidade urbana se correlaciona com a propagação da doença, a capacidade relativamente bem-sucedida de cidades muito densamente povoadas para gerir o vírus como Seul, Singapura, Tóquio e mesmo Nova Iorque, um epicentro precoce, é encorajadora, mesmo tendo devastado comunidades rurais e de menor dimensão. É geralmente aceite que a superlotação ou altos níveis de aglomeração, e não a densidade, é um importante fator de contribuição. Nas zonas urbanas, é crucial enfrentar a superlotação e manter níveis aceitáveis de higiene nas casas, lojas, locais de trabalho e nos transportes públicos. Em áreas superlotadas com saneamento inadequado, os governos locais devem trabalhar para fornecer infraestruturas de saneamento em espaços públicos e nos transportes públicos para mitigar o risco para a saúde. A saúde deve tornar-se um novo princípio orientador no planejamento e governança urbana. Por sua vez, a pandemia estimulou

inovações nas cidades em meio a um desejo de mais espaço público ao ar livre, como o fechamento de ruas a carros para permitir mais espaço para as pessoas andarem a pé, de bicicleta e jantar.

4. **A prosperidade econômica urbana fornecerá a base através da qual os países podem contribuir para alcançar os ODS e a Nova Agenda Urbana, bem como recuperar da recessão global induzida pela COVID-19:** na ausência de economias urbanas saudáveis e de políticas de desenvolvimento econômico a favor dos pobres, os Objetivos da Agenda para o Desenvolvimento Sustentável de 2030 serão difíceis de atingir, especialmente aumentando as oportunidades econômicas para os pobres urbanos. Com políticas macroeconômicas adequadas, uma urbanização bem planejada e gerida pode ajudar os países a acelerar o seu crescimento econômico e servir de canal para os mercados globais, criando ambientes produtivos que atraíam o investimento internacional e aumentem a eficiência econômica. A recuperação das economias urbanas será essencial para tirar os países da recessão global causada pela pandemia da COVID-19.
5. **A urbanização continuará a ser a força motriz do crescimento global:** contudo, dado o ritmo da urbanização, este processo requer planejamento, gestão e governança eficazes para que o valor da urbanização possa ser plenamente realizado como um processo verdadeiramente transformador. Políticas desenvolvidas internacionalmente, tais como a agenda de desenvolvimento global, podem orientar este processo, mas devem ser adaptadas ao contexto local a fim de assegurar a coerência política. As perspectivas dos governos locais devem ser integradas nas discussões internacionais, dado o seu papel na implementação de tais agendas.
6. **O valor da urbanização deve ser inclusivo de todos os grupos que vivem nas cidades:** As áreas urbanas são locais heterogêneos, onde vivem grupos extremamente diversos de pessoas. As elites ricas podem viver a uma curta distância dos habitantes pobres de assentamentos informais. Indígenas, refugiados, migrantes e pessoas com diferentes identidades e orientações coexistem todos em áreas urbanas. O valor da urbanização realiza-se quando as cidades respondem às necessidades específicas de cada um destes grupos, pois cada grupo encontra um tipo diferente de valor na cidade, que por vezes estão em desacordo e por vezes em harmonia.
7. **Alavancar a densidade, mas proteger contra a superlotação:** A pandemia COVID-19 mostrou que a densidade urbana não se correlaciona inevitavelmente com uma maior transmissão do vírus. As cidades são largamente vulneráveis em resultado da forma como as pessoas vivem, trabalham e viajam dentro delas e à sua volta. A densidade melhorou a prestação de serviços na sequência da COVID-19; apoia economias de escala na prestação de serviços públicos críticos como os cuidados de saúde e outras infraestruturas necessárias. Por outro lado, a densidade não planejada associada à superlotação aumenta o risco de transmissão rápida do vírus.
8. **As cidades podem ter um crescimento econômico sustentado e níveis de produtividade mais elevados, mesmo quando navegam em transições demográficas:** desde o boom da juventude no Sul Global até aos “tsunamis de prata” associados ao envelhecimento no Norte Global, as cidades estão a sofrer alterações demográficas. Por conseguinte, é imperativo que as políticas (tais como planeamento familiar, educação e participação da força de trabalho) e os processos de planeamento urbano e territorial sejam impulsionados por dados e informados por dados desagregados. Este método é fundamental para aproveitar os dividendos demográficos urbanos, bem como para assegurar cidades inclusivas para os idosos e que “não deixam ninguém para trás”.
9. **O crescimento econômico e o potencial de consumo das cidades devem apoiar o desenvolvimento sustentável e construir resiliência às alterações climáticas:** Particularmente na sequência da pandemia da COVID-19 que mudou os padrões de consumo habituais, como as viagens aéreas de curta distância e as cadeias de abastecimento de carbono intensivo, os governos podem reavaliar os seus padrões de crescimento e de consumo, de modo a mitigar as alterações climáticas e assim assegurar prosperidade e oportunidades inclusivas para todos.
10. **As iniciativas de urbanização ecológica aumentam o valor global da urbanização, mas não devem exacerbar a desigualdade e a vulnerabilidade social nas cidades:** estas iniciativas têm inúmeros benefícios adicionais que podem apoiar a realização simultânea de múltiplos objetivos e metas de desenvolvimento, aumentando assim o valor global da urbanização. A Nova Agenda Urbana e o ODS 11 colocam ênfase nos assentamentos inclusivos e proporcionam quadros para potencializar o valor ambiental da urbanização para todos, e não para uma elite minoritária.
11. **O valor ambiental da urbanização sustentável não pode ser realizado sem dar prioridade às necessidades dos mais desfavorecidos:** dar prioridade às necessidades dos mais desfavorecidos significa criar oportunidades no âmbito de processos de planeamento local para

representar os seus pontos de vista tal como refletidos na Agenda para o Desenvolvimento Sustentável de 2030. O aproveitamento do valor da urbanização sustentável exige a obtenção de benefícios ambientais em todas as áreas urbanas de uma forma que atinja todos os setores da população urbana, especialmente os mais desfavorecidos. Os pobres urbanos devem ser representados e as suas necessidades devem ser priorizadas em qualquer processo de tomada de decisão, quer se trate dos espaços comuns urbanos, dos espaços comuns atmosféricos, dos espaços públicos ou da utilização de recursos.

12. **Há muitas iniciativas para produzir valor ambiental em ambientes urbanos, mas os resultados dependem da execução:** os benefícios ambientais da urbanização dependem da forma como as cidades são planejadas e geridas. Assegurar o devido processo e o reconhecimento de múltiplos pontos de vista são condições para a concretização de um desenvolvimento sustentável para todos, requisitos já consagrados na Nova Agenda Urbana. Por exemplo, a crescente compreensão do potencial das soluções baseadas na natureza e das infraestruturas verdes e azuis para proporcionar benefícios ambientais a par de intervenções mais convencionais de transporte e gestão de resíduos precisa de ser equilibrada com a realização de como a gentrificação verde está a conduzir à exclusão urbana.
13. **Os governos devem passar de “igualdade” para “equidade” e remover as barreiras sistêmicas:** Seja na habitação, educação, transportes ou outros serviços municipais, o conceito de equidade reconhece que são criados mecanismos redistributivos para uma utilização justa e mais eficiente dos recursos, competências e oportunidades para atingir os mais vulneráveis com os mais altos níveis de apoio. Para que o valor social da urbanização sustentável seja plenamente realizado, a identificação e abordagem das causas profundas da exclusão e da inequidade são fundamentais. Por exemplo, uma abordagem política equitativa da habitação a preços acessíveis deve centrar-se em áreas de favelas e assentamentos informais ou bairros alvo que tenham sido historicamente gentrificados ou que tenham sofrido despejos devido a investimentos imobiliários.
14. **A integração da perspectiva de gênero pode abordar a discriminação sistêmica contra as mulheres.** As abordagens feministas ao planejamento urbano incluem a noção de integração da perspectiva de gênero ou “gender mainstreaming,” que aplica uma lente baseada no gênero a todas as decisões públicas. Viena tem aplicado esta prática há 20 anos, incluindo no orçamento, política e atribuição de recursos, enquanto Ruanda tem a taxa mais elevada do mundo de mulheres legisladoras eleitas.
15. **As cidades devem desenvolver estruturas para integrar adequadamente os migrantes, conduzindo assim à prosperidade futura:** Mesmo no meio de desacordos políticos sobre imigração, as autoridades locais estão na linha da frente da migração e podem preparar-se para a chegada de refugiados e migrantes, estabelecendo “departamentos de boas-vindas”. Se as cidades e os governos locais olharem para além das lentes de emergência humanitária, podem ver os migrantes como parte integrante do desenvolvimento socioeconômico das suas cidades. Esta perspectiva requer programas de integração eficazes sob a forma de habitação, emprego, educação e saúde, segurança e proteção social e, de acordo com os migrantes, um sentimento de pertencimento.
16. **A inovação e a tecnologia desempenham um papel multidimensional nas zonas urbanas:** as tecnologias disruptivas e novas formas de gestão das cidades são agora fundamentais para a experiência urbana. Estão a remodelar as relações sociais, os mercados de trabalho e a governança. Ao mesmo tempo, a tecnologia não pode deslocar o envolvimento dos cidadãos nos assuntos dos bairros e das cidades. A tecnologia é mais eficaz quando associada à inovação institucional e não é um substituto à melhoria da governança, do planeamento, das operações e da gestão.
17. **As verdadeiras cidades inteligentes são orientadas para as pessoas:** os cidadãos são o maior recurso das cidades, pois fornecem novas ideias para a inovação, atuam como os olhos ou ouvidos da cidade, ajudam a monitorar as condições no terreno e envolvem mais ativamente a cidade na definição de prioridades. As iniciativas de base tecnológica da cidade inteligente precisam de ser centradas nas pessoas e orientadas para as pessoas.
18. **O governo local deve desenvolver a sua capacidade de gerir, implementar e regular de maneira eficaz a utilização da tecnologia:** as cidades devem ser proativas na tecnologia que adquirem para uso público. Devem também estar dispostas a adotar uma abordagem reguladora para tecnologias disruptivas como start-ups de transportes, que, se não forem controladas, podem criar externalidades negativas como o congestionamento do tráfego. As cidades requerem acesso e capacidade de gestão de dados, bem como se beneficiam da construção de dados abertos e ecossistemas de software livre, de acordo com os princípios para o desenvolvimento digital. Para aumentar os benefícios potenciais, as cidades devem

desenvolver portais de dados abertos, laboratórios de inovação urbana, hackathons, desafios de inovação, programas de cidade e apoio à investigação e à ciência de dados local.

**19. Estimular as forças de localização da Agenda 2030 e da Nova Agenda Urbana nas cidades e territórios:**

as estratégias de localização devem ser integradas em todos os planos, programas e orçamentos, desde o nível nacional ao local. As cidades precisam adotar os ODS e a Nova Agenda Urbana como quadros de referência para orientar as suas políticas e planos, bem como assegurar uma implementação coerente e integrada. Os países precisam de integrar e reforçar abordagens robustas de localização nas suas estratégias e ações de desenvolvimento sustentável, a fim de adaptar estes compromissos globais aos seus contextos locais.

**20. Os países devem criar ambientes institucionais que permitam libertar efetivamente o valor da urbanização sustentável:**

Políticas de descentralização eficazes reforçam as capacidades das autoridades locais para prosseguir o desenvolvimento urbano sustentável. A fim de resolver o desequilíbrio crítico entre o aumento das responsabilidades transferidas e as receitas atribuídas aos governos locais, deve ser dada especial atenção à descentralização fiscal e aos fluxos de financiamento adequados para apoiar os investimentos urbanos.

**21. Fazer da forte governança metropolitana uma componente chave da nova governança urbana:**

Os governos nacionais devem permitir uma governança metropolitana que responda às realidades das geografias económicas e sociais, e não apenas às fronteiras jurisdicionais arbitrárias, assegurando o envolvimento dos governos locais e regionais no processo de reforma.

**22. Um financiamento adequado durante a Década de Ação é fundamental para a realização do ODS 11, a dimensão urbana dos ODS e a Nova Agenda Urbana:**

medida que o mundo entra na Década de Ação, é imperativo que os líderes políticos catalisem ações que apoiem os investimentos adequados em infraestruturas urbanas (bens físicos, capital humano, instituições, inovação e tecnologia) que são necessários para tornar as cidades e os assentamentos humanos seguros, inclusivos, resilientes e sustentáveis. É necessária uma ação acelerada na frente do investimento para que o valor da urbanização sustentável seja realizado.

**23. Uma avaliação precisa das necessidades é a base para um investimento urbano sustentável:**

as políticas e investimentos urbanos devem ser baseados em provas

e fundamentados em objetivos realistas que possam ser monitorizados. A preparação de estimativas precisas do investimento urbano deve ser o ponto de partida para todos os níveis de governo na sua busca de uma urbanização sustentável. Estas estimativas devem ser sempre consideradas a par dos benefícios substanciais a curto e longo prazo desbloqueados pelos investimentos urbanos. As necessidades e a combinação de potenciais fontes de financiamento são únicas para cada país. Alguns países podem necessitar de assistência técnica para desenvolver uma agenda nacional de reformas que mapeie as necessidades de infraestruturas e os ODS às circunstâncias nacionais. Outros podem necessitar de assistência técnica para alinhar os papéis complementares que vários parceiros de desenvolvimento podem desempenhar no financiamento das necessidades de desenvolvimento e manutenção de infraestruturas.

**24. As cidades exigem fontes de financiamento estáveis e sustentáveis:**

O financiamento estável surge quando as cidades têm carteiras de receitas diversas e uma capacidade melhorada de geração de receitas que lhes permite aproveitar ferramentas e mecanismos de financiamento inovadores - financiamento em regime de “pool”, financiamento misto, obrigações municipais verdes e instrumentos financeiros baseados na terra, entre outros. As áreas urbanas têm enormes ativos que podem ser desbloqueados para investimentos e desenvolvimento económico local. As autoridades locais devem também encontrar formas de ligar a geração de receitas com o seu crescimento urbano contínuo, de modo a que as finanças locais sejam sustentáveis a longo prazo. Os governos locais devem ter poderes para explorar o seu potencial endógeno para aumentar e diversificar de forma inovadora as receitas provenientes de fontes próprias. Esta diversidade nas fontes de receitas aumenta a autonomia local e a sustentabilidade a longo prazo.

**25. As cidades podem transformar a crise da COVID-19 numa oportunidade de “reconstruir melhor”:**

A atual pandemia da COVID-19 trouxe à tona os problemas e desigualdades existentes na forma como as cidades são planeadas e geridas, desde um excesso de espaço público atribuído aos automóveis até condições de habitação superlotadas e saneamento inadequado em assentamentos informais. A necessidade de medidas de saúde pública como o distanciamento físico e a lavagem frequente das mãos sublinham a urgência de eliminar a pobreza urbana e melhorar a habitação e as infraestruturas, enquanto que a agenda global de desenvolvimento sustentável, especialmente os ODS e a NAU, fornecem um quadro único e uma oportunidade para implementar as medidas necessárias.

- 26. Um apelo à ação e ao compromisso de implementar a Nova Agenda Urbana:** Deve haver um senso de urgência e um compromisso a longo prazo com a necessidade de implementar a Nova Agenda Urbana como base para alcançar uma urbanização sustentável. Os custos da inação e do atraso são muito elevados. O ritmo tem de acelerar rapidamente na Década de Ação para alcançar as ODS.
- 27. A implementação efetiva da Nova Agenda Urbana irá aproveitar o valor da urbanização sustentável:** Quadros de ação eficazes podem aumentar substancialmente o valor da urbanização sustentável,

sobretudo através de estruturas de apoio à governança urbana, planejamento e gestão do desenvolvimento espacial, e meios eficazes de implementação sob a forma de financiamento adequado, desenvolvimento de capacidades, informação, tecnologia e inovação. Planos de ação regionais específicos e iniciativas locais dos governos das cidades e grupos da sociedade civil complementam-se mutuamente. Juntos, podem aumentar a consciência, o entusiasmo e a aceitação destas agendas globais de sustentabilidade.